

Parecer Gerar Oportunidades sobre orçamento municipal de 2025 a propósito do Conselho Municipal da Juventude

Sobre a ata:

Em primeiro lugar, é importante contestar e lamentar a forma como a ata da sessão passada do Conselho Municipal da Juventude. Nessa sessão, algumas das entidades presentes apresentaram as propostas que tinham enviado ao gabinete da Juventude da CMT para serem inseridas no Orçamento Municipal de 2025. A Vereadora respondeu e deu a sua opinião sobre algumas das propostas, mostrando mais ou menos abertura às mesmas propostas, o que não está espelhado na ata (apesar de esta remeter para os anexos que são as propostas apresentadas). Creemos que isto representa alguma desvalorização perante aquilo que a vereadora se comprometeu a tentar inserir no orçamento, por isso acho que seria interessante melhorar a ata dando-lhe maior completude e rigor.

Sobre o orçamento:

O Orçamento e as grandes opções do plano para 2025 por parte do executivo da CMT são um documento orientador da política geral do município para o ano a que se propõe e deve ter um parecer não-vinculativo por parte do Conselho Municipal da Juventude, nos termos do seu regulamento. No entanto, apesar da importância deste instrumento e de existir uma recolha de propostas a este propósito anterior à elaboração do próprio documento, a verdade é que são poucas as propostas que estão refletidas neste orçamento. Apesar de estarem previstos investimentos em habitação pública que são necessários (e ainda insuficientes) são poucas as outras propostas que transitaram da anterior sessão do Conselho Municipal da Juventude para o texto deste orçamento municipal. Perante esta facticidade, a abordagem, no entanto, terá de ser de realidade. Se é verdade que nenhuma (ou quase nenhuma) proposta nossa está refletida no orçamento, a verdade é que o documento é composto por rubricas gerais e não específicas que pouco nos dizem em relação ao conteúdo e à execução das mesmas. Para além disso, o poder de discricionariedade que o executivo mantém para alterar a orçamentação (desde que a rubrica esteja aberta) também pouco diz sobre o orçamento em si. Nesse sentido, propomos a seguinte grelha de análise:

1. No que diz respeito ao apoio ao associativismo referido como subsídios a colectividades, o valor orçamentado de setecentos mil euros representa uma manutenção relativamente ao valor atribuído em 2024, sendo no entanto que não temos qualquer referência à taxa de execução que estes apoios terão (sendo que no ano de 2023, a execução rondou os 79% de um valor orçamentado de cerca de 540 mil euros), mas prevemos que, se se mantiver

ao nível do ano de 2023, representa uma taxa razoável e acima da média. Este é a única rubrica que pode ser diretamente analisada pois é a única cujo valor e objetivo está claramente expressado.

2. A análise do documento passa, então, a depender da análise da prática passada do executivo e dos compromentimentos que este esteja disposto a fazer em sede de Conselho Municipal da Juventude. No ano de 2023, quando da reunião do CMJ que emitiu o parecer sobre o orçamento 2024, a vereadora com o pelouro da juventude comprometeu-se/divulgou a concretização de diversos projetos no âmbito da juventude tais como a construção da residência de estudantes para os estudantes do IPT, do SkatePark que entraria em concretização e a parceria com a Nersant para criar um ou dois espaços de “ninhos de empresas” no Palácio Alvim (conforme a ata de 15 de dezembro de 2023). Tendo sido concretizadas as primeiras duas iniciativas, não creio que esta última tenha sido possível (e gostaríamos, desde já, de perguntar o porquê). A concretização destas iniciativas foram de destacada importância. No entanto, na nossa opinião, a coisa mais importante concretizada no ano de 2024 foi o começo da elaboração do Plano Municipal da Juventude. A Gerar Oportunidades tem como principal crítica ao executivo a falta de uma clara estratégia para a juventude em Tomar, algo que dado a instabilidade e a pressão demográfica que sofremos é bastante urgente, sugerimos várias vezes a criação de um Plano Municipal da Juventude, sendo que até concretizamos essa proposta formalmente, entregando-a ao município no dia 7 de abril de 2022 no âmbito de uma auscultação que fizemos, na altura, em sede de CMJ. O cumprimento desta proposta representa um grande passo em frente no desenvolvimento de uma estratégia para a juventude em Tomar e felicitamos em muito o município por ter adotado esta postura. Isso não significa que o trabalho esteja perto de estar finalizado, sendo que no entanto são dados alguns sinais positivos por parte do município na medida em que ajustou algumas das suas atividades e projetos à auscultação que fez dos grupos de jovens, muitas vezes em sede de CMJ. Por exemplo, o campo de volley que foi feito na zona da choromela que tinha sido uma proposta da Associação de Estudantes da ESJR; ou a alteração dos moldes da Mostra Associativa para o ano de 2024, depois do feedback absolutamente negativo dos moldes na iniciativa em 2023.
3. No entanto, a análise que fazemos é que, muitas vezes, existe por um lado alguma falta de estratégia para a muita iniciativa que o município acaba por ter (e teve este ano, em especial), o que poderá ser colmatado com o Plano Municipal da Juventude, por exemplo; por outro lado também existe alguma falta de ambição em áreas como a habitação: apesar de compreendermos que é um processo burocraticamente complexo, também é verdade que a ideia de abdicar de subarrendamento acaba por não colmatar a curto prazo este problema que é urgente, com perdas demográficas e económicas para o concelho substanciais como consequência disso. Para além disso, ao dar um

parecer positivo a este orçamento estaríamos a concretizar a “aprovação de uma incerteza”, na medida em que não sabemos as consequências e efeitos reais do documento a que estamos a sancionar, este facto resulta da forma como o orçamento é feito e, por isso, não poderemos aprovar este orçamento nem seria honesto da nossa parte fazê-lo. Apesar disto, e para evitar que esta dificuldade se repita, propomos que a partir do próximo ano se concretize o princípio do município apresentar em sede de CMJ, em conjunto com o orçamento, um pequeno plano de atividades/orçamentação relativa a projetos no âmbito da juventude (por exemplo, quanto das verbas orçamentadas preveem a semana da juventude, palestras/exposições), de modo a que tenha moldes mais transparentes e que facilite a execução do papel do CMJ de parcerística ao documento.